

SUMÁRIO

Doutrina

- Fabiano Buriol** - Execução coletiva de direitos individuais homogêneos com destinação ao FDD (art. 100 do CDC): a ausência de um “nexo de recomposição” e o consequente desvirtuamento do instituto da indenização
 1. Introdução. 2. A defesa de interesses individuais homogêneos em ACP. 3. Tratamento jurídico de acordo com a classificação do direito objeto da ação. 4. Fundo de defesa de direitos difusos - FDD. 5. Recuperação fluída - art. 100 do CDC: *fluid recovery*. 6. A lógica do instituto da indenização. 7. A “subsidiariedade” da liquidação fluída prevista no art. 100 do CDC e a deturpação do instituto da indenização. 8. Execução coletiva de direitos individuais homogêneos com destinação aos lesados: a exceção. 9. Conclusões. 9
- Fernando Rubin** - O princípio dispositivo no procedimento de cognição e de execução
 I - Introdução. II - Do dispositivo como princípio geral do processo. III - Princípio dispositivo no procedimento de conhecimento. IV - Princípio dispositivo no procedimento de execução. V - Conclusão. 22
- Gelson Amaro de Souza** - Prisão em flagrante e o falso testemunho
 Introdução. 1. Testemunha. 2. O crime de falso testemunho. 3. Consumação do delito. 4. Configuração. 5. Procedimento investigatório. Conclusões. 32
- Gilberto Gomes Bruschi e Antonio Notariano Jr.** - Algumas questões relevantes sobre o agravo retido
 1. Introdução. 2. O agravo retido. 3. As decisões proferidas em audiência de instrução e julgamento e o agravo retido oral. 46
- Juvêncio Vasconcelos Viana** - Processo de execução: competência e títulos extrajudiciais
 1. Palavras introdutórias. 2. Da competência. 3. Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução. 4. Os títulos executivos extrajudiciais. 5. Ações relativas ao débito constante do título executivo. 6. Títulos extrajudiciais estrangeiros. 57
- Marcelo Hugo de Oliveira Campos** - O art. 514, inc. II, do CPC e o princípio da dialeticidade recursal: o perigo do estímulo à mecanização e à massificação processual
 1. Introdução. 2. O princípio da dialeticidade recursal. 3. A posição da jurisprudência dos tribunais estaduais e federais. 4. O princípio da dialeticidade recursal (art. 514, inc. II, do CPC) na jurisprudência do STJ: retrocesso e contradição. 5. Conclusão. 71
- Oscar Valente Cardoso** - Fundamentação *per relationem* das decisões judiciais: características e limites
 1. Introdução. 2. Fundamentação das decisões judiciais: aspectos fundamentais. 3. Motivação *per relationem*: características e limites. 4. Conclusões. 81
- Paulo Martins dos Santos** - Análise crítica da evolução da jurisprudência do STF e do STJ acerca do recurso prematuro
 Introdução. 1. Da evolução da jurisprudência do STF e do STJ sobre a intempestividade do recurso prematuro. 2. Da crítica à jurisprudência dos tribunais superiores quanto ao recurso prematuro. Conclusão. 89
- Pedro Miranda de Oliveira** - A força das decisões judiciais
 1. Poderes do juiz. 2. Precedentes. 3. Jurisprudência. 4. Súmula (força persuasiva). 5. Súmula vinculante (força obrigatória). 100

- Pedro Roberto Decomain** - O recurso de agravo (decisões interlocutórias de primeira instância)
 1. Introdução. 2. Cabimento. 3. Legitimidade recursal, prazo e respectivo início. 4. Ausência de efeito suspensivo. 5. Espécies e respectivas regras de interposição e de processamento. 6. O juízo de retratação. 114

Parecer

- Ives Gandra da Silva Martins** - A Lei 12.830 e os fundamentos de sua constitucionalidade. Inteligência dos arts. 144, parágrafo 4º, e 129 da Constituição Federal. Funções distintas do *Parquet* e da Polícia Judiciária dirigida por delegados. Investigação criminal e a competência exclusiva dos delegados para dirigi-la. Consulta. Resposta. 131